

Estudantes e professores pouco satisfeitos com Bolonha

As leis mudaram para criar um espaço europeu de ensino superior. Nos próximos 20 anos, o maior desafio é a mobilidade e dimensão social

Bárbara Wong

● O Cazaquistão é o próximo membro a entrar num clube que, hoje e amanhã, reúne em Viena e Budapeste os ministros responsáveis pelo Ensino Superior, para celebrar os dez anos do início do processo de Bolonha e lançar formalmente o Espaço Europeu de Ensino Superior. São 46 os países que aderiram a Bolonha, que tem como objectivo a harmonização da oferta de ensino superior na Europa. Mas nem todos convergem numa avaliação positiva da reforma.

Ao longo destes dois dias, os ministros e o grupo de acompanhamento da implementação de Bolonha (a sigla inglesa é BFUG) estão reunidos para discutir os principais desafios para os próximos dez anos. Ao mesmo tempo, nas ruas de Viena, são

46 São os países que já aderiram a Bolonha, que tem como objectivo a harmonização da oferta de ensino superior na Europa

esperados cerca de cinco mil manifestantes, estudantes austríacos, alemães, gregos e de outros países que contestam o modo como o processo foi implementado. Em causa está a “má interpretação” que os Governos fizeram de Bolonha, explica Sigrid Maurer, presidente da associação nacional de estudantes austríaca. Houve Governos que aproveitaram para aumentar propinas e limitar o acesso ao superior, acusa.

Do balanço que é feito por estudantes e professores, o pior é a falta de mobilidade. Esta foi uma das promessas de Bolonha, mas está ainda muito aquém de ser cumprida, continua Maurer. “Bolonha só será uma realidade quando a mobilidade for para todos”, defende. As instituições olham para a mobilidade como um “negócio” e não como um modo de promover a qualidade das formações que oferecem, critica o relatório feito o mês passado pela Associação de Estudantes Europeia, que propõe uma maior participação

dos estudantes nos órgãos decisores das instituições.

Para os professores, é necessário clarificar as suas condições de trabalho, remunerações e Segurança Social quando mudam de instituição, revela o estudo da Education International, que será também debatido pelos ministros. Os professores queixam-se de que Bolonha lhes trouxe mais trabalho e mais burocracia, e mais de 50 por cento dos inquiridos denunciam que as suas condições de ensino e de investigação se deterioraram.

Governos mais envolvidos

A verdade é que a Europa que aplicou Bolonha caminha a diferentes velocidades na sua implementação e fez interpretações distintas dos seus princípios. Falta reconhecimento e apoio aos estudantes e aos professores, revela o relatório independente feito pela Center for Higher Education Policy Studies (CHEPS) a pedido da Comissão Europeia e do BFUG, a que o PÚBLICO teve acesso. Nos próximos dez anos, o desafio será o da mobilidade para professores e alunos – e o CHEPS diz que os Governos podem e devem envolver-se na criação de condições para que mais pessoas tenham acesso ao ensino superior.

Outro desafio que se coloca aos Governos é o de manter o interesse político nesta mudança, de maneira a minimizar o risco de tornar Bolonha num processo meramente administrativo, sem real impacto no ensino superior, continua o relatório, reconhecendo, no entanto, que o discurso mudou, pois deixou de estar centrado no interesse nacional para passar a ter um olhar internacional: aumentou a cooperação com a América Latina e África, por exemplo. Aliás, na reunião interministerial estarão convidados de outros países fora da Europa interessados no movimento que Bolonha trouxe ao ensino superior.

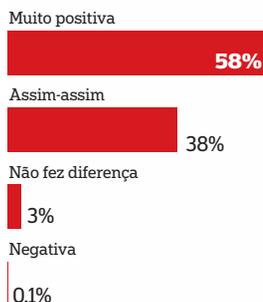
Apesar deste retrato, num inquérito feito pela Associação das Universidades Europeias, 58 por cento das universidades consideram que a reforma foi “muito positiva” e apenas 0,1 por cento lhe deu nota negativa.

Uma reforma a várias velocidades

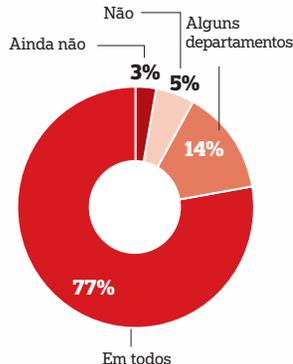
Alunos pedem mais intervenção, professores lamentam burocracia

O que pensam as universidades?

Para a minha instituição, Bolonha foi:



A sua instituição adequou os programas curriculares a Bolonha?



Que balanço faz da mobilidade de estudantes?



Os inquéritos foram feitos a 26 conselhos de reitores e a 821 instituições de ensino superior ou ligadas ao sector, que representam 15% das instituições europeias.

O que pensam os professores?

O questionário foi feito a 34 sindicatos e associações que representam professores e funcionários do ensino superior em 26 países europeus.

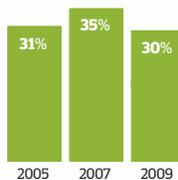
Qual foi o impacto de Bolonha no trabalho dos professores?



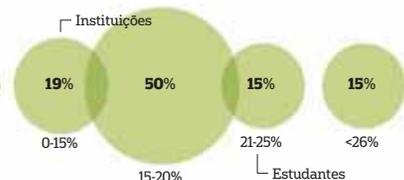
O que pensam os alunos?

Bolonha teve um impacto positivo na representatividade dos estudantes nas instituições?

O estudo da Associação Europeia de Estudantes foi feito com base em meta-análises de outros estudos e estatísticas, além de um questionário feito a 45 associações de estudantes de 37 países.



Estudantes nos conselhos decisores das instituições



Espaço Europeu do Ensino Superior: avançar com a reforma da reforma

Opinião



Sebastião Feyo de Azevedo

● 1. Hoje e amanhã, os ministros responsáveis pelo ensino superior dos 46 países actualmente signatários dos acordos do Processo de Bolonha (PB) reúnem-se em Budapeste e Viena, tendo como objectivo principal da sua agenda lançar formalmente o Espaço Europeu do Ensino Superior, prometido há pouco mais de dez anos na Declaração de Bolonha.

2. Nos últimos dez anos criaram-se essencialmente uma estrutura de graus, num quadro de qualificações transparente

e legível, e as ferramentas potencialmente indutoras de confiança e transparência do Espaço Europeu do Ensino Superior, isto é, prepararam-se as condições para a promoção da mobilidade e da cooperação transnacional. Em Portugal criou-se neste período todo um edifício jurídico potenciador e enquadrante da reforma do nosso Sistema do Ensino Superior.

3. Os próximos dez anos deverão ser preenchidos com a essência da reforma académica, com o aprofundamento de quadros sectoriais de qualificações e com a aplicação de modelos internos e externos de avaliação de qualidade. É justo reconhecer que muito está feito. É fundamental reconhecer que muito mais há ainda a fazer. Nos próximos dez anos teremos que trazer o PB para a prática, identificando o que não está feito e corrigindo o que não está bem feito. Teremos que avançar com a

reforma da reforma.

4. As questões académicas formam o primeiro grupo de grandes objectivos ainda por cumprir. Teremos que redefinir os *curricula* em torno do conceito de “resultados de aprendizagem”, aprofundar a aplicação do sistema de transferência e acumulação de créditos, flexibilizar os *curricula* de forma a promover uma maior dimensão cultural dos cursos, adaptar a oferta numa perspectiva de formação ao longo da vida e adoptar métodos de ensino-aprendizagem centrados nos alunos que tornem a aprendizagem mais efectiva, promovendo o sucesso escolar.

São estes dos objectivos mais difíceis do PB, na medida da mudança de paradigmas académicos e profissionais que encerram e da eventual rotura cultural que em alguns casos exigem, tanto a professores como a alunos. Entenda-se que o sucesso da reforma académica

passa necessariamente pelo envolvimento da Academia, algo que até hoje não se verificou na dimensão exigida. Esta mobilização da Academia deve ser, pois, reconhecida como prioridade fundamental para a consolidação do Espaço Europeu do Ensino Superior.

5. No plano nacional, outra grande questão é a da resolução do dilema qualidade-massificação. Tal passa por uma redefinição da rede de oferta de formações, aumentando significativamente uma oferta articulada de ciclos curtos, vocacionais, com primeiros ciclos de perfis alternativos de cariz mais aplicado ou mais teórico, conforme as áreas e os objectivos, numa lógica de aprendizagem ao longo da vida.

Sem essa diversidade articulada de oferta que vá de encontro às apetências, motivações e competências dos jovens, nem damos resposta aos seus anseios,

nem resolvemos o problema da qualidade.

6. Enfim, tem sido para nós, portugueses, uma urgência antiga sempre adiada aumentar significativamente as qualificações culturais e profissionais dos nossos cidadãos, a todos os níveis étários e profissionais, promover a competitividade europeia das nossas instituições e promover a competitividade dos nossos jovens no mercado de trabalho internacional.

O Espaço Europeu do Ensino Superior, agora criado, representa uma oportunidade imperdível para darmos um passo significativo rumo ao designio da convergência europeia. *Professor catedrático; director do Departamento de Engenharia Química da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto; vice-presidente da Ordem dos Engenheiros, delegado nacional ao BFUG - Bologna Follow-Up Group*

Processo começou há quatro anos

Portugal quer mais estudantes no superior

● Em Portugal, a aplicação do Processo de Bolonha começou há quatro anos, com a promulgação da lei pelo Presidente da República, mas só em 2008 é que a maior parte das instituições começaram a oferecer os cursos adaptados às novas regras.

Em Dezembro, cinco mil ciclos de estudo já estavam adequados a Bolonha, ou seja, já não há licenciaturas de quatro e cinco anos. Em vez disso, são de três anos, os suficientes para deixar aptos para o mercado de trabalho os novos licenciados, garantem as universidades e politécnicos. Contudo, há excepções, como Medicina, Arquitectura ou Psicologia, os quais mantêm a mesma duração mas passaram a chamar-se mestrados integrados.

Aplicar Bolonha continua a ser trabalhoso para as instituições que estão agora a submeter os seus cursos à avaliação externa, feita pela Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior.

O Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior aponta que os novos contratos de confiança, assinados com as universidades e politécnicos, são mais um modo de aplicar Bolonha, ou seja, promovendo a aprendizagem ao longo da vida e a qualificação da população activa.

Entre 2010 e 2013, o Governo quer que as instituições qualifiquem 100 mil pessoas, um objectivo que já foi reconhecido pelo Conselho Europeu de Educação, salvaguarda a tutela em comunicado sobre o balanço do processo.



Mariano Gago

Com Bolonha, aumentou o número de adultos, maiores de 23, inscritos no ensino superior de 900, em 2005, para dez mil. Os inscritos em cursos de especialização tecnológica subiram de 294 para seis mil, no mesmo período.

Paralelamente, houve um investimento na formação dos professores com 70 por cento dos docentes universitários doutorados e na internacionalização das escolas através dos protocolos com as universidades estrangeiras, como as norte-americanas.

Também a nível do apoio aos estudantes, a tutela lembra que houve um “alargamento da base social do ensino superior”. No entanto, estudantes e responsáveis das instituições têm alertado para a necessidade de investir mais nesta área, pois ainda são muitos os estudantes que desistem ou que não chegam a entrar no ensino superior devido aos seus custos. **B.W.**